

HISTÓRIAS E MULTIPLICIDADE DAS LÍNGUAS DE SINAIS: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

João Paulo da Silva Nascimento¹

RESUMO: Neste artigo, a partir de revisão de literatura, empreendemos a construção de um panorama a respeito da história das comunidades surdas e da diversidade linguística no âmbito do tronco tipológico visual-espacial, que compreende as Línguas de Sinais (LS). Nosso objetivo principal é refletir, em uma perspectiva ampla, sobre os processos históricos e linguísticos das comunidades surdas, os discursos sobre a surdez, o modo como se relacionam com as visões de linguagem e de pessoas surdas e a multiplicidade linguística, haja vista a imprescindibilidade desses tópicos à necessidade de se considerar uma “Linguística das Línguas de Sinais”, como vêm denominando Wilbur (1987), Johnston e Schembri (2007) e Woll (2013). A partir dessa reflexão, que ainda se mostra necessária aos estudos sobre diferentes aspectos envolvendo a surdez como diferença linguística, buscamos evidenciar a importância de abordagens que reconheçam as especificidades das LS enquanto línguas naturais, marcadas por trajetórias históricas próprias, pluralidade sociocultural e estruturas gramaticais que desafiam paradigmas hegemônicos baseados exclusivamente em línguas orais-auditivas.

Palavras-chave: Línguas de Sinais. Comunidades Surdas. Linguística das Línguas de Sinais.

HISTORIES AND MULTIPLICITY OF SIGN LANGUAGES: NECESSARY REFLECTIONS

ABSTRACT: In this article, based on a literature review, we undertake to construct an overview of the history of deaf communities and linguistic diversity within the scope of the visual-spatial typological trunk, which includes Sign Languages (SL). Our main objective is to reflect, from a broad perspective, on the historical and linguistic processes of deaf communities, the discourses on deafness, the way in which they relate to the views of language and deaf people, and linguistic multiplicity, given the indispensability of these topics to the need to consider a “Linguistics of Sign Languages”, as Wilbur (1987), Johnston and Schembri (2007) and Woll (2013) have called it. Based on this reflection, which is still necessary for studies on different aspects involving deafness as a linguistic difference, we seek to highlight the importance of approaches that recognize the specificities of SL as natural languages, marked by their own historical trajectories, sociocultural plurality and grammatical structures that challenge hegemonic paradigms based exclusively on oral-auditory languages.

Keywords: Sign Languages. Deaf Communities. Sign Language Linguistics.

¹ Professor Substituto de Libras e Literatura Surda da Faculdade de Letras da UFRJ e Professor efetivo de Libras da UERJ. Doutor em Linguística pela UERJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8392-4265>. E-mail: jpnascimento@letras.ufrj.br.

Introdução

Como destacam Sacks (1983) e Quadros (2019), o apagamento de Línguas de Sinais (doravante, LS) no âmbito das pesquisas linguísticas desenvolvidas a partir da segunda metade do século XX deve-se muito fortemente a estigmas que ainda acompanham as comunidades surdas² e seus artefatos culturais, inclusive suas línguas. Concepções preconcebidas, pouco ou nada científicas, não só dificultaram a vida de pessoas surdas em diferentes dimensões, como também colocam constantemente sob suspeição o *status* linguístico das LS, o que vem impedindo, durante muitos anos, que esses sistemas sejam considerados a rigor por pesquisas na área dos estudos da linguagem, apesar dos avanços percebidos nas últimas décadas.

Historicamente, tal cenário gerou uma série de lacunas que, a nosso ver, não se colocam somente ao campo da descrição de LS, mas também e principalmente ao da ciência linguística como um todo. Por essa razão, já há alguns anos, a reivindicação de um lugar protagonista das LS nos estudos linguísticos vem sendo empreendida por inúmeros pesquisadores ao redor do mundo, como Wilbur (1987), Quadros (1999), Liddell (2003), Johnston e Schembri (2007) e Woll (2013). Para nos inserir neste debate, haja vista sua relevância, no presente artigo retomamos essa necessidade de uma linguística das (e para as) LS. Valendo-nos principalmente da revisão de literatura, por acreditarmos que tal debate ainda carece de ponderação e especificação, engendramos, para tanto, duas grandes seções temáticas.

Primeiramente, contemplamos o aspecto sociocultural das LS, discutindo o panorama histórico das comunidades surdas e os discursos e as concepções em torno da surdez como diferença sobretudo linguística. Nesse primeiro instante, isso se faz necessário, uma vez que, ao menos no Brasil, as comunidades surdas vivem sob o falseamento de um bilinguismo assimétrico, o qual “(...) se vê mascarado pelo ‘mito do bilinguismo’ e da interculturalidade” (Lagares, 2018, p. 140). Nesse processo, são inúmeros os atravessamentos que não só se materializam como marcos históricos

² Ao nos referirmos a “comunidades surdas”, concordamos com Strobel (2008, p. 29), para quem: “a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes- membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização. (...) Em que lugares? Geralmente em associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros”.

envolvendo as comunidades surdas, como também, ainda hoje, encontram-se perpetrados em discursos e concepções antagônicas sobre sujeitos surdos e LS.

Além deste debate, na segunda seção, nos lançamos à diversidade linguística das LS. Defendemos que as comunidades surdas, frequentemente subestimadas em sua complexidade, constituem grupos distintos, mas que compartilham experiências, valores e práticas linguísticas (Salles, 2019; Lebedeff, 2016; Witches; Lopes, 2018). Portanto, o entendimento desses elementos imprescindíveis aos estudos linguísticos vai além das fronteiras tradicionais da análise gramatical, adentrando a um vasto universo cultural e social estabelecido em torno de experiências com a modalidade visual-espacial.

Em vista disso, a partir da ideia de que o estudo de línguas minorizadas pressupõe também o estudo de aspectos históricos e sociais de suas comunidades (Cavalcanti, 1999), neste artigo, exploramos as correlações entre os componentes sociocultural e sociolinguístico das comunidades surdas. Estimamos, assim, colaborar com as discussões sobre a consolidação e a difusão da linguística das LS, endossando seu caráter bipartido entre os aspectos socioculturais e históricos, de um lado, e linguístico, de outro.

Panorama histórico das comunidades surdas

Ao longo dos séculos, as comunidades surdas vêm enfrentando desafios consideráveis que compreendem desde a reivindicação da condição humana ao exercício da cidadania em diferentes instâncias. Em aspecto amplo, esses desafios colocam-se relacionados sobretudo a questões de linguagem, uma vez que grande parte dos estigmas em torno da surdez e de sujeitos surdos encontram terreno nas disputas ideológicas pendulares entre concepções controversas que ditam o curso dos processos históricos das comunidades surdas (Sacks, 1983; Rocha, 1997; 2008; Strobel, 2009; Baalbaki, 2021).

No contexto atual, em que podemos situar os “Estudos Surdos” como uma disciplina de investigação no âmbito dos Estudos Culturais, conforme assinala Skliar (1988), defendemos uma concepção de surdez ancorada em premissas antropológicas e em discursos sobre identidades e diferenças (Perlin, 1998). No entanto, essa realidade se mostra bastante recente e ainda encontra uma série de desafios nos dias de hoje. Por isso, entendemos que retomar o panorama histórico das comunidades surdas constitui uma tarefa essencial para pensarmos a necessidade de uma linguística das LS inscrita na

realidade social de modo consciente, sem perder de vista a relação entre língua(gem) e historicidade.

Pesquisadores como Rocha (1997; 2008), Strobel (2009) e Carvalho (2007) refletem sobre a história das comunidades surdas, da Idade Antiga ao contexto contemporâneo. De acordo com esses estudos, tanto na Grécia quanto em Roma, por exemplo, propagava-se a concepção de que a surdez seria um castigo divino, uma ideia sustentada inclusive por nomes notáveis da Filosofia Ocidental, como Heródoto (470 a.C.), Platão (470 a.C.) e Aristóteles (355 a.C.), de modo que as pessoas surdas, quando não condenadas à morte, eram escravizadas. Por outro lado, no Egito e na Pérsia, mesmo vivendo à margem social, surdos eram considerados “abençoados” devido à crença de que se comunicavam secretamente com os deuses, a qual era propulsora de um certo sentimento de respeito.

É interessante pensarmos que apesar de a concepção vigente neste contexto ter sido, de modo geral, a mais excludente possível, podemos ver vestígios que indicam a suposta presença de um sistema de comunicação sinalizado. Em uma passagem de Sacks (1983, p. 15. Grifos nossos), em que é retomado um trecho do Crátilo, de Platão, podemos atestar isso:

Por exemplo, vejamos o comentário de Sócrates no Crátilo de Platão que tanto impressionou o jovem abade De L’Epée: Se não tivéssemos voz nem língua e ainda assim quiséssemos expressar coisas uns aos outros, não deveríamos, como aqueles que ora são mudos, esforçar-nos para transmitir o que desejássemos dizer **com as mãos, a cabeça e outras partes do corpo?**

Mesmo diante desse indício, a comunicação por outra via que não fosse a oral-auditiva não encontrava, até então, um terreno propício a ponto de ser legitimada como alternativa linguística. Nem mesmo na Idade Média (476 d.C. - 1453), um contexto de grande influência da igreja sobre os surdos (Reily, 2007), o cenário foi muito distinto do que se verificava na antiguidade. Os surdos eram vistos com estranheza e como “objetos de curiosidades da sociedade” (Strobel, 2009, p. 19), concepções que impulsionaram leis que os impediam de participar dos eventos religiosos e sociais, tais como o casamento, a comunhão, o recebimento de heranças, etc. Neste período, um fato relevante que pode ter alguma correlação com a constituição de LS *a posteriori*, foi o ocorrido no ano de 530, quando, na Itália, os monges beneditinos criaram um meio alternativo para se comunicar entre si utilizando sinais para não quebrar os votos de silêncio (Carvalho, 2007).

Entre 1500 e 1760, já na Idade Moderna (1453-1789), o cenário para os surdos começa a passar por significativas mudanças (Rocha, 1997). No século XVI, destacam-se pelo menos duas figuras fundantes: a do filósofo Girolamo Cardano e a do monge beneditino Pedro Ponce de Leon. O primeiro se destacou não apenas pela defesa da capacidade de aprendizagem dos surdos, como também por mesclar o uso de comunicação por sinais com a escrita. Já o segundo, por ter sido o responsável pela primeira escola para surdos, na Espanha, no monastério de Valladolid. De acordo com Strobel (2009, p. 20),

(...) inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis; Francisco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlanga e Pedro se tornou padre com a permissão do Papa. Ponce de Leon usava como metodologia a datilografia, escrita e oralização. Mais tarde ele criou a escola para professores surdos. Porém, ele não publicou nada em sua vida e depois de sua morte o seu método caiu no esquecimento porque a tradição na época era de guardar segredos sobre os métodos de educação de surdos. Nesta época, só os surdos que conseguiam falar tinham direito à herança.

Como critica Sacks (1983, p. 16. Adaptação nossa), no século XVI, “a noção de que a compreensão das ideias não dependia de ouvir palavras era revolucionária. Porém, não são (...) as ideias dos filósofos que mudam a realidade, e tampouco a prática das pessoas comuns, (...) é o encontro dessas duas coisas”. Ainda assim, se considerarmos a constituição de uma linguística das LS, precisamos ter à vista todo o cenário que passa a se projetar a partir da ação do monge Pedro Ponce de Leon, que podemos analisar como uma figura precursora, de acordo com Meserlian e Vitaliano (2009) e Vieira e Bondezan (2011).

O legado de Ponce de Leon inspirou não somente outras experiências educacionais com surdos, como também reflexões teóricas preliminares sobre as LS³, as quais se mostraram essenciais (Carvalho, 2007). De acordo com Jarque (2016), em 1613, também na Espanha, surge a figura de Juan Pablo Bonet, quem continuou o trabalho de Ponce de Leon no ensino de Dom Luís de Velasco por meio de treinamento da fala e alfabeto datilológico, chegando a ser nomeado marquês por Henrique IV, devido ao êxito de seu trabalho, bem como a publicar, em 1620, a obra *Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*, de viés oralista.

³ Apesar de nomearmos dessa maneira neste trecho, não acreditamos que, à época, já fossem consideradas línguas.

Arikha (2005) e Eleweke (2011) apontam que, no esteio deste mesmo século, especificamente nos anos de 1644 e 1648, surgem outras duas contribuições teóricas, de autoria de John Bulwer: *Chirologia e Natural Language of the Hand e Philocopus*. Nessas obras, o filósofo se revela uma figura à frente de seu tempo ao defender que a LS, para ele universal, era capaz de expressar os mesmos conceitos do que línguas orais-auditivas e que, por isso, deveria ser incentivada aos surdos, ao lado da leitura labial.

Após estes séculos controversos por suas ideias, pesquisadores como Câmara (2018) e Soares (2015) apontam que no século XVIII há uma ampliação de mudanças por toda a Europa atinente à educação de surdos. Devido à concepção patológica de surdez, estava em advento uma perspectiva oralista, que mais tarde viria a ser consolidada como regra (Sacks, 1983). Essa presença forte da crença de que o surdo precisaria ser assujeitado à compreensão e produção da fala oral compareceu, por exemplo, em obras como *Surdus Laquens*, do médico suíço Johan Conrad Ammon, e *Observações sobre os Mudos e sobre a Palavra*, do educador alemão Samuel Heinick, ambas deste período.

Neste recorte temporal, o oralismo imperava com muita força, sendo um exemplo, na França, a condecoração e a difusão das ideias de Jacob Rodrigues Pereire, cuja prática encontrava-se em consonância com os postulados de Heinick, que fundou a primeira escola para surdos de vertente puramente oralista, em 1778, na cidade alemã de Leipzig (Günther; Hennies; Hintermair, 2009). Contudo, em meio a esse cenário, é preciso destacar uma figura francesa destoante e essencial à história das comunidades surdas: o abade Charles Michel de L'Épée, que desempenhou papel fundamental para a consolidação da Língua de Sinais Francesa (LSF) e da educação de surdos por ter sido “uma mente grandiosa (...) [que] teve de encontrar um uso humilde — a LS nativa dos surdos pobres que vagavam por Paris — para possibilitar uma transformação significativa” (Sacks, 1983, p. 16. Adaptação nossa).

A respeito de sua figura, seu método e seu legado, Sacks (1983, p. 17) reflete sobre o caráter revolucionário do abade ser tão grandioso para a educação de surdos quanto foi o de Copérnico para as ciências:

(...) De L'Épée encarou a LS não com desprezo, mas com reverência. (...) O importante foi o abade ter prestado a máxima atenção a seus pupilos, ter aprendido sua língua (o que provavelmente não fora feito antes por nenhum ouvinte). E então, associando sinais a figuras e palavras escritas, o abade ensinou-os a ler; e com isso, de um golpe, deu-lhes o acesso aos conhecimentos e à cultura do mundo. O sistema de sinais “metódicos” de De L'Épée — uma combinação da LS nativa com a gramática francesa traduzida em sinais — permitia aos alunos surdos escrever o que lhes era dito por meio de um

intérprete que se comunicava por sinais, um método tão bem-sucedido que, pela primeira vez, permitiu que alunos surdos comuns lessem e escrevessem em francês e, assim, adquirissem educação. A escola de De L'Epée, fundada em 1755, foi a primeira a obter auxílio público. Ele treinou numerosos professores para os surdos, e estes, na época da morte do abade, em 1789, já haviam criado 21 escolas para surdos na França e na Europa. O futuro da própria escola de De L'Epée pareceu incerto durante o tumulto da revolução, mas em 1791 ela se transformara na *National Institution for Deaf-Mutes* em Paris, dirigida pelo brilhante gramático Sicard. O livro de De L'Epée, a seu próprio modo tão revolucionário como o de Copérnico, foi publicado pela primeira vez em 1776.

Como percebemos a partir de Sacks (1983), o abade De L'Epée pode ser considerado uma figura visionária não apenas no contexto francês, como também para o que se constituiu como educação de surdos a partir do século XVIII em diferentes partes do mundo. Podemos mensurar, além disso, que o *boom* de eventos na educação de surdos ocorrido na Idade Contemporânea (1789 - atualmente) deve-se, em grande medida, aos desdobramentos dessa figura pioneira na busca por uma língua para comunidades surdas (Barbosa, 2023). Por isso, conforme Câmara (2018) e Soares (2015), o século XVIII representa um ponto crucial na história das comunidades surdas, sobretudo por ser marcado por eventos significativos que moldaram o caminho da educação e percepção dos surdos após a morte do abade Charles Michel de L'Epée, em 1789.

Ainda que as comunidades surdas tenham começado a ser reconhecidas pelo abade De L'Epée, a Idade Contemporânea pode ser lida como um contexto de embates histórico-ideológicos para os surdos (Perlin; Strobel, 2006). No início do século XIX, nos EUA, Jean Marc Itard propagava a ideia de que surdos poderiam ser “treinados” para ouvir palavras, o que fazia a partir de seu trabalho com Victor, o “garoto selvagem”⁴, e defendia que o ensino de uma LS poderia estimular a percepção da memória, da atenção e dos sentidos. Estava em discussão, em diferentes lugares do mundo, a questão dos métodos de ensino mais cabíveis às comunidades surdas.

De acordo com Fernandes (1983) e Lyons (2021), esses debates levaram, em 1814, o estadunidense Thomas Hopkins Gallaudet a viajar à Europa. O médico, preocupado com tais questões, apesar de ter encontrado resistência na Inglaterra, foi inspirado pelo método de LS do abade Sicard, seguidor do trabalho de L'Epée, na França. Desse contato, bem como da parceria entre Gallaudet e o professor surdo francês Laurent Clerc, resultou a fundação, em 15 de abril de 1817, da primeira escola permanente para

⁴ Segundo Strobel (2009), um menino que foi encontrado vivendo junto com os lobos na floresta de Aveyron, no sul da França, e que teve seu comportamento analisado e assemelhado ao de um animal supostamente por falta de socialização e educação.

surdos nos EUA, chamada de “Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de Pessoas Surdas e Mudas”. Desse evento, anos mais tarde, em 1864, Edward Miner Gallaudet, filho de Thomas, fundou a primeira universidade nacional para surdos, em Washington, a qual recebeu o nome de seu idealizador.

Outro evento neste século que merece menção é o desenvolvimento de um código de símbolos nomeado de “Fala visível” por Alexander Melville Bell em 1846, o qual se pretendia uma abordagem visual para a comunicação com surdos. De acordo com Strobel (2009), esse sistema utilizava desenhos da anatomia da fala, para que os surdos repetissem movimentos e sons indicados pelo professor, algo que viria, anos mais tarde, a ter um impacto significativo nas defesas levantadas em prol de métodos oralistas (Silva; Souza, 2018). A figura de seu filho, Alexander Graham Bell, inclusive, teve um impacto extremamente negativo na história das comunidades surdas, uma vez que

Entre os anos 1870 e 1890, publicou vários artigos criticando casamentos entre pessoas surdas, a cultura surda e as escolas para surdos (...). Ele era contra a LS, argumentando que a mesma não propiciava o desenvolvimento intelectual (...). Alexander Graham Bell abriu sua própria escola para treinar os professores de surdos em Boston e publicou livreto com o método “A fala visível”, a continuação do trabalho do pai (Strobel, 2009, p. 25).

De acordo com Sacks (1983), o final do século XIX foi marcado pela proliferação da corrente de pensamento oralista como método preferencial para a educação de surdos. Entre 6 e 11 de setembro de 1880, reunindo um público de especialistas majoritariamente ouvintes, entre os quais médicos, educadores e linguistas, ocorre na Itália, especificamente em Milão, o Congresso Internacional de Surdo-Mudez, que viria a banir as LS e impor medidas severas às comunidades surdas (Baalbaki; Caldas, 2011). Alexander Graham Bell desempenhou um papel significativo nessas decisões. Como afirma Araújo (2023, p. 23-24),

As reverberações dessa prática cerceadora impactaram e ainda impactam a sociedade até os dias atuais, visto que o veredicto de 1880 marcou a deterioração educacional de surdos (Sacks, 1989). Na medida em que o Oralismo trouxe um retrocesso imensurável, as comunidades surdas pagaram “um preço intolerável pela aquisição da fala” (Sacks, [1989] 2010, p. 21) e, decorrente a isso, perderam espaço na sociedade ao serem marginalizadas e reduzidas por uma hegemonia capacitista (...). Ao serem consideradas prejudiciais, as LS foram banidas das instituições escolares e os professores surdos afastados. Na medida em que era estritamente obrigatório seguir o Oralismo, as resistências a este método legitimaram diversas práticas violentas em relação aos sujeitos surdos: terem as mãos presas, serem isolados dos outros surdos, sofrerem agressões verbais e físicas.

Podemos, sem dúvidas, apontar o Congresso de Milão como um marco de retrocesso na história das comunidades surdas, pois foi a partir dele que o Oralismo, baseado na visão clínica da surdez e dos métodos corretivos de fala, teve sua maior expressão em diversas partes do mundo. No Brasil, inclusive, testemunhamos essa prática até mesmo no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que proibia a utilização de LS no interior da instituição durante a gestão de Ana Rímoli (Rocha, 2008), o que, à época, se mostrava compatível com a defesa de uma língua nacional, a qual acarretou em uma série de estigmas em relação a outras línguas, como as indígenas, por exemplo. Além disso, essas concepções também se refletem em materiais didáticos voltados para surdos (Baalbaki; Anachoreta, 2021), gerando lacunas históricas ao campo do ensino.

Os espólios do Oralismo foram e ainda são sentidos não somente no âmbito educacional, mas também na maneira como a sociedade enxerga e constrói discursos sobre sujeitos surdos. Ainda que essa corrente de pensamento tenha se dissipado com a emergência de novas filosofias de ensino para surdos, como a Comunicação Total e, mais recentemente, o Bilinguismo, não podemos perder de vista o que esse movimento de opressão às LS e às identidades surdas significou e como reverberou, inclusive, nos estudos linguísticos (Sacks, 1983).

No século XX, em tom de crítica à difusão das práticas oralistas, por volta das décadas de 70 e 80, entra em cena a vertente da Comunicação Total, na qual, entre outras coisas, “o uso de sinais surge como uma maneira ‘facilitadora’ combinada com a comunicação oral, ou seja, LS e língua oral são praticadas simultaneamente” (Silva, 2011, p. 44). No cenário em que se consolidou, essa vertente de pensamento, que inclusive foi aderida pela Universidade Gallaudet a partir de 1969⁵, teve sua importância sobretudo por se pautar em propostas bem-intencionadas, as quais afastaram os surdos de uma visão puramente patológica, como destacam Kezio (2016) e Araújo (2023). Entretanto, a Comunicação Total ainda não representava a coerência que só viria a ser notada com o Bilinguismo, uma vez que

O bimodalismo, apesar de ter melhorado a comunicação entre surdos e ouvintes, perpetuou os problemas preexistentes na leitura e escrita de pessoas surdas. Nesse sentido, esse método impossibilita a percepção e diferenciação das estruturas sintáticas das línguas orais e de sinais, uma vez que as línguas visuais-espaciais eram usadas apenas como um recurso, quando, na realidade,

⁵ Uma obra clássica desse período, desenvolvida no âmbito desta instituição, foi “Linguagem das Mãos”, do padre norte-americano Eugênio Oates, a qual contém o registro de 1258 sinais da ASL.

deveriam ser tratadas como base principal da aprendizagem (Araújo, 2023, p. 25).

Ademais, de acordo com os estudos de Brueggemann (1995) e Manning, Murray e Bloxs (2022), foi também no século XX, neste contexto de debates em torno do Oralismo e da Comunicação Total, que notamos dois acontecimentos relevantes na história das comunidades surdas: a constituição da *World Federation of the Deaf* (WFD), em 1951, e a publicação da pesquisa *Language Structure: Outline of the Visual Communication System of the American Deaf*, realizada pelo linguista norte-americano William Stokoe, em 1960. A WFD, fundada em Roma, se constituiu como uma organização internacional não-governamental, sem fins lucrativos, e reuniu aproximadamente 70 milhões de surdos em 127 países, sendo fundamental para a representação nas lutas em prol de melhorias na educação de surdos em diferentes associações ao redor do mundo, como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), no caso do Brasil (Ramos, 2004). Já o estudo de Stokoe despontava como uma afirmação da American Sign Language (ASL) como uma língua natural, constituída de características gramaticais inerentes a todas as línguas, inclusive as orais-auditivas, o que alavancou outras pesquisas sobre LS.

Entre outros, esses acontecimentos impulsionaram a busca por uma filosofia de ensino para a educação de surdos que considerasse as LS em sua totalidade, e não apenas como um recurso. Chega-se, assim, à defesa por uma perspectiva bilíngue, tendo-se a LS como L1 e a modalidade escrita de línguas orais-auditivas como L2. O Bilinguismo na educação de surdos coloca-se pareado à perspectiva sociolinguística e sociocultural da surdez, e não se resume a premissas de aquisição de duas línguas, mas também “a uma mudança filosófica que se manifesta nos posicionamentos sociais, políticos, culturais e educacionais” (Araújo, 2023, p. 26). O Bilinguismo, portanto, se trata de uma filosofia que pressupõe a legitimação das LS e das culturas visuais-espaciais no processo de ensino-aprendizagem de surdos (Quadros, 1997; Skliar, 1998).

Como observamos, a história das comunidades surdas, de modo geral, é marcada por conflitos epistemológicos de diferentes ordens, que impactaram o curso dos eventos (Baalbaki, 2019). De modo abrangente, é possível refletir que um grande impasse pode ser apontado como o principal propulsor desses acontecimentos: as distinções entre as visões patológica e sociocultural da surdez. Colocadas em debate até mesmo nos dias atuais, essas duas perspectivas têm relações particulares com os conceitos de língua e

linguagem, uma vez que, ao longo dos séculos, a surdez foi concebida como um fator limitador de experiências linguísticas, o que gerou ideias e práticas atrozés que por vezes colocaram os surdos à margem da existência, por serem sujeitos “sem línguas” e, portanto, “sem pensamento simbólico” (Sacks, 1983; Araújo, 2023).

Entendemos, portanto, que esse debate merece uma atenção de maior destaque, haja vista a grande discussão que hoje se levanta nos Estudos Surdos sobre a pluralidade cultural e identitária de surdos (Santana; Bergamo, 2005). A partir do cenário histórico contemplado até aqui, defendemos que os embates ideológicos são subvencionados, principalmente, por uma visão monolítica de sujeito surdo, geralmente amparada em perspectivas clínicas que vão de encontro às concepções de língua e de linguagem tal como entendemos no âmbito científico.

A abordagem patológica, ou clínica, historicamente percebe a surdez como uma condição médica a ser corrigida, enfatizando a perda auditiva como uma anormalidade a ser tratada, muitas vezes através de dispositivos auditivos ou cirurgias, como o implante coclear (Bisol; Sperb, 2010). Sob essa visão, a surdez é considerada uma deficiência que necessita de intervenção para se adequar às normas sociais dominantes, isto é, ao juízo de “normalidade” construído à luz do parâmetro ouvinte. Como destaca Baalbaki (2016, p. 328),

(...) Não podemos deixar de ressaltar que essa política de interdição da Libras regulamentou historicamente as condições de constituição do sujeito surdo, levando-o a se inscrever (ou mesmo inscrevendo-o), entre outras, em uma posição discursiva de deficiente. Dito de outra forma, o sujeito surdo, tendo sido construído por sentidos de deficiente (pseudofalante-oralizado), opacificou-se entre várias memórias discursivas que o constitui como aquele que se caracteriza pela falta em oposição ao ouvinte, caracterizado, imaginariamente, pela completude. Reside aí uma relação estruturante na relação de identidade: recorreu-se à condição biológica como fonte explicadora da alteridade, ou seja, uma relação localizada em uma instância biológica. Seria levar ao limite máximo “a forma-sujeito ‘indivíduo-sujeito’, a que apresenta o sujeito como interioridade da individualidade orgânica” (Henry, 1992, p. 137), apagando a constituição histórica dos sujeitos.

Como percebemos, a visão patológica, de caráter opressor, mostra-se nociva às comunidades surdas, uma vez que influencia na percepção da linguagem como um fator de constituição, muitas vezes privilegiando abordagens orais e auditivas, como previa a agenda do Oralismo. Por isso, essa concepção não se mostra a mais coerente aos estudos linguísticos, pois as próprias LS são, por vezes, subestimadas, resultando em restrições no acesso à linguagem para os surdos.

Por outro lado, a abordagem sociocultural, ou sociolinguística, trata a surdez como uma diferença cultural legítima e não como uma deficiência e, nesse sentido, constrói-se em torno do conceito de identidades surdas, enfatizando a legitimidade linguístico-cultural das LS e a pluralidade das comunidades surdas enquanto grupos sociolinguísticos minorizados (Perlin; Quadros, 2003; Nascimento, 2023). Nessa perspectiva, como propõe Sá (2003), os surdos são vistos como representantes de uma cultura distinta, com sua própria língua e valores atrelados a experiências visuais, ou seja, como sujeitos de linguagem que se constituem no encontro de epistemes provenientes da troca com pares (Goés, 2020).

Trata-se, portanto, de uma postura sobre a surdez que rejeita o discurso da deficiência, na medida em que argumenta em favor das diferenças e defende que “a cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte; não é o seu revés; não é uma cultura patológica” (Skliar, 1998, p. 28). A noção de identidades surdas, na perspectiva sociocultural da surdez, vem sendo bastante explorada por estudos em diferentes áreas do conhecimento (ver, por exemplo, Kauchakje, 2003; Bigogno, 2017; Araújo, 2023; Furtado, 2023). De modo geral, apesar de se estabelecerem em torno de recortes distintos, podemos perceber uma forte correlação entre a ideia de identidades plurais e a língua, uma vez que “a LS é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos” (Strobel, 2008, p. 44).

Entretanto, vimos que nem sempre, ao longo da História, as LS foram reconhecidas, de modo que, se por um lado, a concepção sociocultural da surdez pode ser compreendida como uma abordagem compatível aos estudos linguísticos, por outro, a patológica pode ser interpretada como proveniente de discursos hegemônicos para os quais só são legítimas línguas de modalidade oral-auditiva. Embora a visão sociocultural pareça de fácil aceitação por parte da sociedade, em geral, apesar de avanços significativos, as comunidades surdas ainda são vistas com muita frequência sob as lentes do capacitismo patológico, o qual se materializa em diferentes ações — inclusive institucionais, no âmbito educacional — contrárias ao Movimento Surdo e suas demandas por uma identidade linguística compatível (Campello; Rezende, 2014; Baalbaki, 2018).

Para ilustrar esse debate, citamos como exemplo um estudo recente a respeito das percepções sociais sobre a surdez, no qual Nascimento, Baalbaki e Anachoreta (2025) analisam um *corpus* formado por redações avaliadas com nota máxima na edição de 2017

do Exame Nacional do Ensino Médio, cujo tema proposto foi “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”⁶. A partir das noções teóricas de formação discursiva e enunciado, ambas oriundas do arcabouço teórico da Análise de Discurso Materialista (Pêcheux, 1988), o intuito foi averiguar representações do sujeito surdo em uma sociedade em que se percebe o constante embate ideológico entre discursos capacitistas e contra-hegemônicos.

De acordo com os achados de Nascimento, Baalbaki e Anachoreta (2025), a influência da matriz ideológica da deficiência mostra-se evidente em diversos enunciados que reproduzem termos, estruturas e conceitos relacionados à concepção patológica. Os autores notam pouca incidência de caracterização dos surdos na formação discursiva sociocultural, o que revela como determinados discursos baseados no pré-construído que relaciona a figura do surdo como deficiente atuam de forma sutil na exclusão e no silenciamento desses sujeitos mesmo nos dias de hoje.

É oportuno destacar que a concepção sociocultural da surdez não a considera uma condição encerrada, mas porosa. Perlin (2010), em um gesto de leitura sobre as dinâmicas culturais das comunidades surdas, contribui com esse debate situando diferentes tipos de identidades surdas⁷. De acordo com a autora, as comunidades surdas são heterogêneas e se constituem por variações que dizem respeito ao modo como (i) os surdos percebem o mundo e se compreendem; (ii) constitui a sua identidade social com seus pares; e (iii) lidam com as LS. Apesar da criticável divisão de tipos de identidades surdas, é preciso ressaltar que a proposição de Perlin (2010) não é categórica, mas deve ser lida como um contínuo que demonstra a diversidade das comunidades surdas.

Entendemos que as classificações se sobrepõem na constituição do grande mosaico das comunidades surdas. Inclusive, a concepção apresentada por Perlin (2010) alavanca discussões pertinentes sobre questões de interseccionalidade na condição surda, na medida em que propõe uma abordagem plural dentro do construto teórico da surdez como diferença linguístico-cultural. Portanto, essa é uma perspectiva que, pautada no discurso da diferença em perspectiva contra-hegemônica, desvela um horizonte epistemológico, no qual a surdez “possa ser reconhecida como uma questão de diferença política, de experiência visual, de identidades múltiplas, um território de representações

⁶ Tema de redação - Enem (2017)

⁷ A autora apresenta e discute possibilidades, mas isso não significa dizer que essas categorias por ela propostas são as únicas possíveis.

diversas que se relaciona, mas não se refere aos discursos sobre a deficiência” (Skliar, 1998, p. 29).

Há certamente muitas “entradas” para se pensar as causas e os efeitos desse embate discursivo entre concepções de surdez, verificado ao longo da História das comunidades surdas. Uma delas, por exemplo, é o apagamento da diversidade linguística das LS, o que frequentemente se materializa em discursos equivocados sobre uma suposta universalidade, ou mesmo sobre uma invisibilização construída em âmbito nacional que não comporta a ideia de que haja, no caso do Brasil, outras LS além da Libras. Entretanto, o reconhecimento da heterogeneidade sociolinguística das LS se mostra imprescindível à construção de uma linguística das LS, uma vez que é através da legitimação dessa diversidade que podemos visualizar a premência da revisitação das temáticas aqui apresentadas.

Diversidade linguística no âmbito das LS

A diversidade das comunidades surdas não se restringe às discussões sobre identidades em uma perspectiva antropológica, como vimos tratando na seção anterior. Do ponto de vista sociolinguístico, também se verifica heterogeneidade, tendo em vista que, diferente daquilo que os discursos capacitistas pressupõem, “as LS não são universais porque cada país com suas características históricas e culturais forma seus sinais e suas respectivas gramáticas” (Nunes, 2018, p. 20). Além disso, como assinalam Woodward (1996) e Quadros (2019), devemos também expandir a perspectiva para além das LS reconhecidas nacionalmente, uma vez que há aquelas a que chamamos de locais e/ou dispersas, como, por exemplo, as diversas LS emergentes nas populações indígenas e isoladas.

Entendendo que o reconhecimento dessa pluralidade é crucial às discussões sobre tipologia em linguística das LS, nesta seção apresentamos um panorama dessas línguas naturais. Para uma visão geral, recorreremos a dados atualizados do *Ethnologue: Languages of the World* (Eberhard; Simons; Fennig, 2023), um projeto de documentação e preservação linguísticas vinculado ao *Summer Institute of Linguistics*, uma organização global sem fins lucrativos que vem, desde 1919, desenvolvendo trabalhos com

comunidades linguísticas locais em todo o mundo⁸. Por outro lado, para uma visão mais específica sobre o caso do Brasil, ressaltamos as contribuições de Quadros e Silva (2017), autores que empreendem esforços para lançar luz a outras LS em uso no país além da Libras.

De acordo com o catálogo recente de Eberhard, Simons e Fennig (2023), há, pelo menos, 159 LS espalhadas pelo mundo, sendo 129 LS nacionais e 29 LS locais/compartilhadas. É importante esclarecer que este número não é preciso, haja vista as dificuldades para se catalogar LS emergentes, por exemplo, em contextos isolados/locais, além de todos os percalços na seara de reconhecimento e legitimação das LS nacionais. Portanto, estima-se que este valor seja muito maior, sendo uma tarefa dos estudos linguísticos o estudo e a documentação constantes de LS ainda não difundidas entre a comunidade científica.

Além disso, apesar de ser incluída na contagem do *Ethnologue*, não consideramos a LS Internacional, também chamada de Gestuno, uma vez que ela não se caracteriza por ser uma língua natural, mas artificial (Langer *et al*, 2020). Considerando, primeiramente, o grupo das LS nacionais, a partir dos dados do repositório, organizamos um quadro no qual apresentamos tais línguas e os respectivos países em que são utilizadas, o qual pode ser acessado a partir do QRCode a seguir.

Figura 1: Inventário de LS nacionais mapeadas



Fonte: criação própria.

Como visualizamos neste panorama, há, basicamente, usuários de LS ao redor de todo o mundo, entre eles nativos e não nativos, ouvintes e surdos. Há, inclusive, países em situação multilíngue, como a China, a Espanha e os EUA, por exemplo, que possuem mais de uma LS sendo utilizada. A um só tempo, esses dados reforçam a variedade linguística das LS e o caráter natural desses sistemas, os quais, assim como as línguas

⁸ Para conhecer mais sobre o SIL, veja: <https://www.sil.org/about/history>.

orais-auditivas, nascem das necessidades comunicativas dos falantes e cumprem com os atributos básicos de uma língua, tais como flexibilidade, arbitrariedade, descontinuidade, produtividade, articulação e dependência estrutural (Ferreira; Ferreira, 2016).

Geralmente, por se tratarem de línguas independentes das orais-auditivas, os percursos históricos destas não convergem com os daquelas, como podemos mensurar, por exemplo, a partir de análises da Libras e da Língua Gestual Portuguesa, utilizadas no Brasil e em Portugal, respectivamente, ao lado do Português. Nunes (2018) aponta que a Libras, assim como a ASL, tem sua origem na Língua de Sinais Francesa, na medida em que a Língua Gestual Portuguesa aparentemente tem sua raiz etimológica na Língua de Sinais Sueca. Esse é somente um exemplo para pensarmos que essa diversidade sugere que muitas LS evoluíram de maneira independente, adaptando-se às especificidades culturais e sociais das comunidades surdas em diferentes regiões e por meio de diferentes relações de contato linguístico.

As LS, por si só, constituem um grupo minorizado por razões que já expusemos na seção anterior. Ainda assim, é preciso reconhecer que as LS dispersas, isto é, aquelas que “são usadas por surdos locais e [que] envolvem comunidades situadas em espaços geográficos específicos dentro de um mesmo país” (Quadros, 2019, p. 37), parecem compor um conjunto ainda mais ameaçado por serem utilizadas por grupos sociolinguísticos reduzidos, como observam Leite e Quadros (2014) e Quadros e Silva (2017). O *Ethnologue* de Eberhard, Simons e Fennig (2023) situa 29 LS pertencentes a essa categoria, chamando-as de “compartilhadas” devido ao seu caráter geográfico disperso:

- LS Adamorobe (Gana);
- LS Judaica Argelina (Israel);
- LS Aborígenes (Austrália);
- LS Ban Khor (Tailândia);
- LS Kolok (Indonésia);
- LS Mardin (Turquia);
- LS Miyakubo (Japão);
- LS Ghandruk (Nepal);
- LS Inuit (Canadá);
- LS Konchri Sain (Jamaica);
- LS Jhankot (Nepal);
- LS Amami Koniya (Japão);
- LS Jumla (Nepal);
- LS Albarradas (México);
- LS Sivia (Peru),
- LS de Martha's Vineyard (EUA);
- LS Yucatec Maya (México);
- LS Old Kentish Sign (UK);
- LS Providence (Colômbia);
- LS Indiana das Planícies (EUA);
- LS Costela Bribri (Costa Rica);
- LS Brunca (Costa Rica);
- LS Miriwoong (Austrália);
- LS Kufr Qassem (Israel);
- LS Al-Sayyid Beduin (Israel);
- LS de Mesa (Mali);
- LS Kaapor (Brasil);
- LS Free (Australiana);
- LS Yan-nhangu (Austrália).
- *Outras*

A base de dados não dispõe de um número aproximado de falantes nativos dessas línguas, assim como também não contabiliza uma série de outras línguas isoladas de modalidade visual-espacial, o que se mostra, em certa medida, compreensível, postas as dificuldades para documentação *in loco* (Vilhalva, 2009). No Brasil, por exemplo, percebemos a presença de outras LS a partir da revisão de trabalhos conduzida por Quadros e Silva (2017) e apresentada em Quadros (2019, p. 39-40), conforme verificamos no quadro a seguir:

Quadro 1: LS do Brasil

Classificação da comunidade surda segundo Quadros e Silva (2017)	Denominação da LS	Localização
Centros urbanos	Libras	Todo o território.
Aldeias (locais)	LS Urubu-Kaapor	Indígenas da etnia Urubu-Kaapor (Maranhão).
	LS Sateré-Waré	Indígenas da etnia Sateré-Waré (Parintins, Manaus).
	LS Kaingang	Indígenas da etnia Kaingang (Xanxerê, SC).
	LS Terena e Guarani	Indígenas da etnia Kaiowá (MS).
	LS Pataxó	Indígenas da etnia Pataxó (Aldeia Coroa Vermelha, BA).
Comunidades isoladas (rurais, vilas, locais)	Cena	Várzea Queimada (Jaicós, PI)
	“Acenos”	Cruzeiro do Sul (AC)
	LS da Fortalezinha	Ilha do Marajó (PA)
	LS Porto de Galinha	Ilha de Soure, Porto de Galinhas, Ipojuca, PE
	LS Caiçara	Sítio Caiçara, Várzea Alegre, CE

Fonte: Adaptado de Quadros (2019, p. 39-40).

Esse levantamento, certamente ainda incompleto, além de evidenciar o plurilinguismo de línguas de modalidade visual-espacial no Brasil, também demonstra a dispersão de LS locais, as quais, muitas vezes, podem ser colocadas à sombra da LS nacional, de modo a sofrer supergeneralizações em termos de serem consideradas uma “única” língua, o que, por exemplo, impacta diretamente na proposição e instauração de políticas linguísticas (Quadros, 2019). Se pensarmos, ainda, que situação igual ou semelhante ocorre em outros países, entendemos por que LS são consideradas línguas em situação de ameaça. Em razão disso, compreendemos que o reconhecimento dessa

realidade de multilinguismo minorizado define-se como um braço fundamental dos estudos linguísticos nesta área, servindo de base, inclusive, a pesquisas descritivas que busquem elucidar, comparar e aperfeiçoar aspectos tipológicos relevantes das LS.

Entendemos que a diversidade linguística constitui um elemento central para a compreensão das línguas humanas em sua totalidade, especialmente no caso das LS. Essas línguas, usadas por comunidades surdas ao redor do mundo, representam sistemas complexos e autônomos, dotados de estruturas gramaticais próprias e independentes. Portanto, reconhecer essa diversidade é essencial não apenas para a preservação das LS, mas também para a formulação de teorias gramaticais que abarquem a multiplicidade de padrões linguísticos.

As LS não são universais, mas sim produtos das comunidades em que se desenvolvem. Cada uma delas reflete a história, a cultura e os contextos sociais de seus usuários. A Libras e a ASL, por exemplo, compartilham traços históricos, mas possuem gramáticas distintas. Nesse sentido, a compreensão da diversidade linguística das LS também se mostra promissora para investigação de fenômenos gramaticais que podem ser translinguísticos e/ou específicos. Estudos tipológico-funcionais que analisam múltiplas LS, como os de De Vos e Pfau (2015), Palfreyman e Zeshan (2017), Schembri *et al.* (2018) e Nascimento (a sair), revelam generalizações importantes sobre estruturas sintáticas, morfológicas e fonológicas e também destacam características singulares, como o uso específico do espaço tridimensional, a marcação particular da simultaneidade de elementos gramaticais e o recrutamento de estratégias de iconicidade cognitiva.

À vista disso, a análise da diversidade das LS fornece a base necessária para avançar em estudos específicos ao evidenciar a pluralidade de sistemas gramaticais e as formas de estruturação linguística que podem ser mais ou menos agrupadas em termos de convergência e divergência. Reconhecer essa diversidade, situando-a no contexto histórico das comunidades surdas, permite refinar os objetivos das pesquisas atuais sobre a surdez, tanto na identificação de padrões e fenômenos linguísticos que atravessam diferentes línguas de sinais quanto na valorização de aspectos específicos que exigem atenção particular.

Considerações finais

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo reforçam a centralidade de se compreender os processos históricos vivenciados pelas comunidades surdas como parte constitutiva das dinâmicas linguísticas que envolvem as LS. A história da surdez, marcada por discursos médicos, educacionais e políticos, influencia diretamente as práticas sociais e os modos de transmissão linguística nas comunidades surdas, o que, por sua vez, repercute na constituição, vitalidade e visibilidade das LS enquanto sistemas linguísticos legítimos.

Paralelamente, a diversidade das LS demanda um olhar atento à pluralidade linguística na modalidade visual-espacial, reconhecendo que essas línguas não apenas existem em diferentes contextos socioculturais, mas também podem apresentar variações internas e fenômenos linguísticos próprios. Tal reconhecimento se mostra fundamental para romper com perspectivas reducionistas que tratam as LS como variações de um modelo único e para afirmar sua complexidade gramatical e historicidade, em pé de igualdade com outras línguas naturais.

Dessa forma, reafirmamos a necessidade de construção e consolidação de um campo específico — a Linguística das LS — que leve em conta tanto as especificidades históricas das comunidades surdas quanto a multiplicidade linguística dessas línguas. A nosso ver, considerar tais dimensões é essencial não apenas para o avanço teórico e metodológico das pesquisas sobre a surdez, mas também para a formulação de políticas linguísticas inclusivas e o fortalecimento das identidades surdas em sua diversidade.

Referências

ARAÚJO, D. R. *Autorrepresentações e afirmações identitárias em Le cri de la mouette (1994), de Emmanuelle Laborit: um olhar intimista sobre a condição surda*. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

ARIKHA, N. Deafness, Ideas and the Language of Thought in the Late 1600s. *British journal for the history of philosophy*, v. 13, n. 2, p. 233-262, 2005.

BAALBAKI, A. C. F.; ANACHORETA, V. G. T. Em nome da (in)felicidade: como saberes da língua portuguesa comparecem em materiais didáticos para surdos na década de 1950. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 24, n. 47, p. 91-120, jan./jun. 2021.

- BAALBAKI, A. C. F. Tensão sobre o processo de reconhecimento legal da Libras no Brasil: historicidade inscrita em textos legais. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, v. 24, n. 48, p. 253-284, 2021.
- BAALBAKI, A. C. F. Ensino Língua Portuguesa para surdos no Estado Novo: por uma história das Ideias Linguísticas. *Linguarum Arena*, v. 10, p. 23-38, 2019.
- BAALBAKI, A. C. F. Entre direito e vontade: a reivindicação de surdos por uma educação bilíngue. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 28, n. 57, p. 155-172, 2018.
- BAALBAKI, A. C. F. Línguas, escola e sujeito surdo: análise do “relatório sobre a política linguística de educação bilíngue–língua brasileira de sinais e língua portuguesa”. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 26, n. 53, 2016.
- BAALBAKI, A. C. F.; CALDAS, B. Impacto do congresso de Milão sobre a língua dos sinais. *Cadernos do CNLF*, vol. 15, n. 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 1885-1895, 2011.
- BARBOSA, P. C. L. *Ainda se busca uma língua para o sujeito surdo? O abade L'Épée como horizonte de projeção e de prospecção na história da educação de surdos*. 253 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- BAUER, A. How words meet signs: A corpus-based study on variation of mouthing in Russian Sign Language. *Linguistische Beiträge zur Slavistik*, v. 24, p. 9-35, 2019.
- BIGOGNO, P. G. *Cultura, comunidade e identidade surda: o que querem os surdos?* Jornada de Ciências Sociais, UFJF, 2010. Acesso em: 20.01.2025.
- BISOL, C.; SPERB, T. M. Discourses on deafness: disability, difference, singularity and construction of meaning. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, p. 07-13, 2010.
- BRUEGGEMANN, B. J. The coming out of Deaf culture and American Sign Language: An exploration into visual rhetoric and literacy. *Rhetoric Review*, v. 13, n. 2, p. 409-420, 1995.
- CÂMARA, L. C. *A invenção da educação dos surdos: escolarização e governo dos surdos na França de meados do século XVIII a meados do século XIX*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2018.
- CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista*, p. 71-92, 2014.
- CARVALHO, P. V. *História dos Surdos no Mundo e em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 15, p. 385-417, 1999.
- DE VOS, C.; PFAU, R. Sign language typology: The contribution of rural sign languages. *Annual Review of Linguistics*, v. 1, n. 1, p. 265-288, 2015.

EBERHARD, D.; SIMONS, G.; FENNIG, C. 2023. *Ethnologue: Languages of the World. Twenty-sixth ed. Dallas, TX: SIL International*. Acessado 30 de abril de 2023. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>.

ELEWEKE, C. J. History of deafness and hearing impairments. In: ROTATORI, A. F. (Org.); OBIAKOR, F. E. (Org.); BAKKEN, J. P. (Org.). *History of Special Education. Advances in Special Education*. Leeds: Emerald Group Publishing Limited, p. 181-212, 2011

FERREIRA, S. R. S.; FERREIRA, M. N. O. Descrevendo processos de formação de sinais em Libras em uma variedade de Belém do Pará. *Entretextos*, v. 16, n. 1, p. 67-98, 2016.

FERNANDES, J. J. Thomas Hopkins Gallaudet on language and communication: a reassessment. *American annals of the deaf*, p. 467-473, 1983.

FURTADO, A. L. S. A importância em considerar a cultura surda na avaliação psicológica: uma revisão narrativa. *Meta: Avaliação*, v. 15, n. 46, 2023.

GÓES, M. C. R. *Linguagem, surdez e educação*. Autores Associados, 2020.

GÜNTHER, K. B.; HENNIES, J.; HINTERMAIR, M. Trends and developments in deaf education in Germany. *Deaf people around the world: Educational, developmental, and social perspectives*, p. 178-193, 2009.

KAUCHAKJE, S. Comunidade Surda: as demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social. In: SILVA, I. R. (Org.); KAUCHAKJE, S. (Org.); GESUELI, Z. M. (Org.). *Cidadania, Surdez e Linguagem: Desafios e realidades*. São Paulo: Plexus Editora, 2003. p. 57-76.

LYONS, W. J. Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851): Congregationalist Postmillennialism and ‘Pantomimic Sign Language’. In: CROSSLEY, J. (Org.); LOCKHART, A. (Org.). *Critical Dictionary of Apocalyptic and Millenarian Movements*. Centre for the Critical Study of Apocalyptic and Millenarian Movements, 2021.

JARQUE, M. J. ¿Son lenguas, las lenguas de signos? In: HORNO, M. C. (Org.); IBARRETXE, I. (Org.); MENDÍVIL, J. L. (Org.). *Panorama actual de la ciencia del lenguaje: primer sexenio de Zaragoza Lingüística*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 2016. p. 61-84.

JOHNSTON, T.; SCHEMBRI, A. *Australian Sign Language (Auslan): An introduction to sign language linguistics*. Cambridge University Press, 2007.

KEZIO, G. F. L. Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos. *Anais do I Colóquio Internacional de Letras*, UFMA, 2016.

LAGARES, X. C. *Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

LANGER, J. et al. *Quantitative Linguistic Analysis of Czech Sign Language*. Univerzita Palackého v Olomouci, 2020.

LEBEDEFF, T. B. Língua de sinais e cultura surda: qual seu lugar na escola. In: AQUINO, I. C. (Org.); CRESTAN, L. M. (Org.); DIAS, L. F. F. (Org.); DIEDRICH, M. S. (Org.). *Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos*. Passo Fundo: UPF - Universidade de Passo Fundo, 2016. p. 9-22.

LEITE, T. A.; QUADROS, R. M. Línguas de sinais do Brasil: reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação. In: STUMPF, M. (Org.); QUADROS, R. M. (Org.); LEITE, T. A. (Org.). *Estudos da Língua Brasileira de Sinais II*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 15-28.

LIDDELL, S. K. *Grammar, gesture, and meaning in American Sign Language*. Cambridge University Press, 2003.

MANNING, V.; MURRAY, J. J.; BLOXS, A. Linguistic human rights in the work of the World Federation of the Deaf. In: SKUTNABB-KANGAS, T. (Org.); PHILLIPSON, R. (Org.). *The Handbook of Linguistic Human Rights*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2022. p. 267-280.

MESERLIAN, K. T.; VITALIANO, C. R. Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos. *Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)*, v. 9, p. 1-10, 2009.

NASCIMENTO, J. P. S.; BAALBAKI, A. C. F.; ANACHORETA, V. G. T. Discursos e ideologias sobre o sujeito surdo: uma análise materialista de redações do Enem (2017). *RELIN - Revista de Estudos Linguísticos da UFMG*, v. 33, n. 1, 2025.

NASCIMENTO, J. P. S. *Padrões de composição emergentes em línguas de sinais: um estudo comparativo em perspectiva construcional*. A sair/defender em 2025. 294f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

NASCIMENTO, J. P. S. A formação docente em português língua adicional com foco em aprendizes surdos: políticas linguísticas em universidades públicas do Rio de Janeiro. *Revista e-escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, v. 14, n. 1, p. 204-233, 2023.

NUNES, V. F. *Corporificação e iconicidade cognitiva: um estudo sobre verbos em línguas de sinais*. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PALFREYMAN, N.; ZESHAN, U. Sign language typology. In: AIKHENVALD, A. Y. (Org.); DIXON, R. M. W. (Org.). *The Cambridge Handbook of Linguistic Typology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 178-216.

PÊCHEUX, M. Discourse: Structure or event? In: NELSON, C. (Org.); GROSSBERG, L. (Org.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 633-650.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

PERLIN, G.; STROBEL, K. *Fundamentos da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC, 2006.

PERLIN, G.; QUADROS, R. M. O ouvinte: o outro do outro surdo. *Anais do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais*. Florianópolis, 2003.

PERLIN, G. *Histórias de vida surda: identidades em questão*. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

PORTO, M. Relação gestos/sinais em Libras: uma análise baseada no contínuo de Cornelia Müller. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1–25, 2021.

QUADROS, R. M. *Libras: linguística para o ensino superior*. São Paulo: Editora Parábola, 2019.

QUADROS, R. M.; SILVA, D. S. As comunidades surdas brasileiras. In: ZAMBRANO, R. C. (Org.); PEDROSA, C. E. F. (Org.). *Comunidades surdas na América Latina: língua, cultura, educação e identidade*. Bookess: Florianópolis, 2017.

QUADROS, R. M. *Phrase Structure of Brazilian Sign Language*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

RAMOS, R. C. *Histórico da FENEIS até o ano de 1988*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.

REILY, L. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 1, pp. 308-326, 2007.

ROCHA, S. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2008.

ROCHA, S. *Histórico do INES*. Espaço: Informativo Técnico-Científico do INES, p. 1-32, 1997.

SÁ, N. R. L. Cultura, poder e educação de surdos. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 272-272, 2003.

SACKS, O. [1983]. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Editora Companhia das Letras, 2010.

SALLES, H. M. M. L. *Bilingüismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais*. Cànone Editoração Ltda, 2019.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 565-582, 2005.

SCHEMBRI, A. et. al. Sociolinguistic typology and sign languages. *Frontiers in Psychology*, v. 9, art. 200, 2018.

SILVA, M. D. P.; SOUZA, R. Maria de. Erradicação da surdez: a eugenia na escolarização dos surdos no século XIX. *Revista Pedagógica*, v. 20, n. 43, p. 183-201, 2018.

SILVA, V. B. L. *As implicações do bilinguismo na educação de surdos*. Monografia. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Brasília, 2011.

SKLIAR, C. Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 08, p. 44-57, 1998.

SOARES, M. A. L. *A educação do surdo no Brasil*. Editora Autores Associados LTDA, 2015.

STROBEL, K. *História da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC, 2009.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VIEIRA, S. R.; BONDEZAN, A. N. Educação do surdo: histórico e Língua de Sinais. *Revista Trama*, v. 7, n. 14, pp. 97-108, 2011.

VILHALVA, S. *Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

WILBUR, R. B. *American Sign Language: linguistic and applied dimensions*. 2. ed. Boston: Little, Brown and Co., 1987.

WITCHES, P. H.; LOPES, M. C. Deaf's way of life and its cultural markers. *Educação em Revista*, v. 34, p. e184713, 2018.

WOODWARD, J. Modern Standard Thai Sign Language, influence from ASL, and its relationship to original Thai sign varieties. *Sign Language Studies*, v. 92, n. 1, p. 227-252, 1996.

WOLL, B. The history of sign language linguistics. In: ALLAN, Keith (Org.). *The Oxford handbook of the history of linguistics*. Oxford: Oxford Academic, 2013.

Recebido em: 06/06/2025.

Aceito em: 29/07/2025.